

Engajamento e militância associativa em Sergipe

Ernesto Seidl¹
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Este trabalho insere-se em vertentes de estudos sobre engajamento e militância que procuram conjugar, de um lado, a captura das lógicas individuais acionadas, os esquemas de percepção e os sistemas de retribuição implicados nessa modalidade de participação política, com, de outro lado, a objetivação das diferentes formas de composição de carreiras militantes dadas pela combinação de recursos sociais e culturais, a qual varia de acordo com cada espaço de atuação. O universo empírico tomado por referência compreende militantes dirigentes e ex-dirigentes de cinco instituições, cujos espaços de atuação são bastante variados: militância religiosa (católica), sindical (professores universitários), ambientalista, filantrópica e de direitos humanos (ligados a opção sexual).

Palavras chave: engajamento, militância, associativismo

Este *paper* consiste num primeiro esforço de apresentação e discussão de dados de uma pesquisa em curso acerca das condições de realização de carreiras militantes em instituições associativas. O ponto de partida do estudo são as modalidades de politização que conduzem a formas diversas de engajamento militante em associações profissionais, sindicatos e cooperativas em Aracaju, capital do estado de Sergipe, nordeste brasileiro. Dado o estágio inicial da investigação, ficam aqui registradas as limitações das considerações expostas.

O presente trabalho insere-se em vertentes de estudos sobre engajamento e militância que procuram conjugar, de um lado, a captura das lógicas individuais acionadas, os esquemas de percepção e os sistemas de retribuição implicados nessa modalidade de participação política, com, de outro lado, a objetivação das diferentes formas de composição de carreiras militantes dadas pela combinação de recursos sociais e culturais, a qual varia de acordo com cada espaço de atuação².

O universo empírico tomado como base para esta pesquisa até o momento compreende militantes dirigentes e ex-dirigentes de cinco instituições: Associação de

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião da ABA, Porto Seguro/BA, de 01-04 de junho de 2008, GT Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política. Parte da coleta e sistematização do material contou com a colaboração do bolsista PIBIC Vanderson de Gois Santos.

² Dentre os estudos recentes realizados no Brasil em perspectivas semelhantes, destacam-se o de Bezerra (2007), Coradini (2001 e 2007), Oliveira (2008) e Reis (2008).

Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS), Instituto Socioambiental Árvore, Sociedade Eunice Weaver de Aracaju, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CONAL). Trata-se, portanto, de espaços de militância bastante variados: militância religiosa (católica), sindical (professores universitários), ambientalista, filantrópica e de direitos humanos (ligados a opção sexual). Além dessas, como veremos, uma militância ativa em partidos políticos destaca-se nos percursos estudados. A opção pela escolha de associações de cunho variado deve-se ao interesse na comparação entre modalidades de inserção militante e possíveis diferenças nas composições de recursos, itinerários e concepções de participação associativa. Se a noção de militância (ou militantismo) refere-se mais ou menos explicitamente ao universo dos sindicatos e dos partidos políticos e a seus “modelos” (Barthélémy, 1994), sua utilização para o universo associativo implica referência a uma realidade muito diversificada.

A questão polêmica quanto ao caráter “político” ou não do associativismo e de suas especificidades como forma de participação, muito presente na literatura especializada³, não interessa aqui como ponto de partida, mas como uma dimensão entre outras. Assim, embora se tomem os “agrupamentos associativos como uma forma de participação na vida política” em função da “necessidade que toda organização tem, por menos estruturada ou limitada que seja em seus objetivos, de situar-se em relação aos poderes públicos”⁴ (Barthélémy, 1994: 91), parte-se do pressuposto de que as diferentes definições em torno do “político” e do “não-político”, com todos matizes intermediários, são parte de um processo de redefinições das formas do político (Siméant, 2002) que cabe à análise tentar apreender.

Itinerários individuais: recursos sociais e engajamento militante

Como sabido, “toda militância é, em primeiro lugar, fruto de uma integração social e cultural do indivíduo, como qualquer forma de participação política, e que o engajamento em uma ação coletiva remete a itinerários individuais e a um contexto

³ Ver, entre outros, Barthélémy (1994), Mayer & Perrineau (1992), Gaxie (1978), Siméant (2002).

⁴ “Embora seja desejo dos atores sociais reivindicarem uma identidade ao movimento associativo do qual participam – com forte tendência a excluir qualquer semelhança com atividades do sindicalismo e dos partidos –, cabe abordar o engajamento associativo como forma de participação na vida pública, ao lado das formas sindical e partidária”. Cf. Barthélémy, 1994: 91.

político” (Barthélémy, 1994; Mayer & Perrineau, 1992). Por essa ótica, a tentativa de reconstituição dos itinerários sociais prévios à militância associativa foi ponto de partida das entrevistas realizadas.

Oriundos, em geral, de grupos familiares de pequenas cidades do interior (exceto Paulo Afonso/BA), porém próximas a cidades de maior porte em São Paulo, Sergipe, Alagoas e Bahia, todos os indivíduos pesquisados terão sua atuação profissional e militante em grandes cidades. Três nasceram em capitais (Aracaju e Salvador) e a maior parte dos nascidos no interior mudou-se para capitais de Estado ao final do ensino médio para ingressar no ensino superior. Este momento, como será visto, é central na intensificação de uma socialização política que se dá principalmente através do contato com formas de militância estudantil, partidária e religiosa - em geral combinadas -, a militância estudantil (secundarista ou universitária) vindo em primeiro lugar.

À exceção do caso de um filho de trabalhadores manuais pouco qualificados, observa-se no universo pesquisado a predominância de uma extração social intermediária⁵ (pequenos e médios proprietários de terra, funcionários de nível médio, professores universitários e de ensino médio), com escolarização dos pais equivalente. Tratando-se predominantemente de associações ligadas a “questões sociais” (defesa de direitos humanos, caridade e ambientalismo) ou, no caso do sindicato de professores, de representação de uma categoria profissional intermediária, as origens sociais dos militantes tendem a refletir com certa fidelidade o espectro de posições dos grupos ou categorias interpeladas pelas instituições em questão. Examinando com mais detalhe a relação entre posição social de origem e vínculo associativo, percebe-se uma correlação direta. Assim, por exemplo, o filho de um carpinteiro e de uma lavadeira do interior de Sergipe, minimamente escolarizados, após envolvimento em projetos sociais voluntários e em mobilidade social ascendente, militará em defesa dos direitos dos homossexuais; a filha de um pequeno proprietário rural e de uma professora primária e

⁵O fenômeno da *associação* como estratégia de reconhecimento social privilegiada da pequena burguesia é destacado por Bourdieu (1979, p. 533), que define *associação* como “(...) agrupamento estritamente serial de indivíduos reunidos unicamente pela mesma “causa”, pela mesma vontade de exercer uma espécie de ultimato ético: a benevolência, oferta ostentatória de *boa vontade* (...)”; “(...) A ação estritamente “desinteressada”, “limpa”, “digna”, livre de todos os “comprometimentos” da “política”, é na verdade a condição para o sucesso do empreendimento de *institucionalização*, a forma mais acabada de reconhecimento social, que buscam mais ou menos secretamente todas as *associações*, movimentos pequeno-burgueses por excelência que, diferentemente dos partidos, geram os lucros de dignidade e respeitabilidade dos empreendimentos de “interesse geral”, ao mesmo tempo em que prometem satisfazer, de maneira muito direta, os interesses particulares” (grifos no original).

“tabeliã” da região metropolitana de Aracaju, com escolarização fundamental e secundária, respectivamente, atuará em projetos sociais e fará carreira profissional como assistente social antes de se tornar presidente de uma sociedade filantrópica na capital sergipana; e ainda, os filhos de professores universitários e bancários, com escolarização superior e média, ambos jovens diplomados (administração e publicidade e propaganda) e com especialização, fundarão uma ONG dedicada ao ambientalismo.

Comparado com o grau de escolarização dos pais, a titulação superior de todos os indivíduos⁶ apresenta ascensão considerável (à exceção de um filho de professores universitários) e indica, simultaneamente, uma relação privilegiada entre o capital cultural – notadamente no meio escolar e universitário – e o engajamento associativo.

Algumas propriedades dos militantes associativos

Sexo	Idade	Associação	Profis. Pais	Escolaridade Pais	Escolaridade	Profissão/ ocupação
M	39	Direitos Homossexuais	Carpinteiro/ Lavadeira	Fundamental	Pedagogia	Prof. primário
M	25	Meio ambiente	Bancários	Médio	Administração Pós-graduação	Estudante mestrado
M	30	Meio ambiente	Prof. Univ./ Prof. Ens. médio	Superior	Publicidade e Propaganda especialização	Prof. univ.
F	51	Filantropia	Pequeno Prop. rural/ Prof. ensino fundam.	Fundamental/ pedagógico	Serviço Social	Assist. social/ Funcionária pública
M	58	Sindicato Professor Universitário	Contador/ Dona de casa	Técnico/ Fundamental	Economia (doutorado incomp.)	Prof. Univ. federal
M	53	Laicato Católico	Médio prop. rural/ Dona de casa	Médio/ fundamental	Química (mestrado)	Prof. Univ. federal/ Pró-reitor

Fonte: Dados coletado em entrevistas.

As relações entre a posse de recursos escolares e a formação de um sentimento de competência ou de legitimidade para a ocupação de cargos dirigentes nas associações estudadas parecem vinculadas ao tipo específico de militância. Assim, se nenhum entrevistado minimiza a importância, o valor e a necessidade da educação formal e de títulos escolares para sua atuação, fica claro o peso desigual atribuído por aqueles engajados em formas de militância mais “tradicionais”, como sindicatos e associações de filantropia, e aqueles em movimentos sociais mais “específicos” e relativamente mais

⁶ Titulação superior na área de humanidades (Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social) e Ciências Sociais Aplicadas (Economia e Administração). Um caso de graduação em Química Industrial e mestrado em Ciência Ambiental.

“recentes” na agenda das “questões sociais”, especialmente o ambientalismo⁷, mas também os direitos dos homossexuais e mesmo o movimento do laicato católico (oficialmente criado em meados dos anos 70). Essas indicações coincidem com aquelas apontadas em âmbito mais geral por Matonti & Poupeau (2004) e que relacionam a valorização de investimentos escolares, sobretudo num nível de “especialização” ou *expertise*, com os novos movimentos ou “causas”, em contraste com as velhas formas de militância, cuja competência passaria antes de tudo pela própria experiência militante. “O estudo, a formação, é muito importante; mas a experiência concreta conta muito” (Mulher, 51 anos, presidente de sociedade filantrópica, formada em Serviço Social). No entanto, a posse de certa “bagagem cultural” ou “densidade intelectual”, adquirida não exclusivamente na escola, mas por leituras, pelo cinema e atividades sociais como discussões, reuniões e debates, aparece como ingrediente indispensável a qualquer participação militante qualificada na ótica daqueles indivíduos cuja geração coincide com o regime militar e o clima da época - casos de militância política partidária e estudantil. A própria concepção da politização e da militância dependeria, assim, não apenas de uma questão de “interesse”, “vontade” ou “voluntarismo”, mas também de alguma “qualificação” em termos ditos “intelectuais”, “teóricos”. Trata-se, portanto, de uma visão da militância que tende ao “engajamento total”, ao compromisso integral com alguma “causa”, dado que pressupõe uma relação mais intelectualizada e racionalizada com a esfera da militância.

Por outro lado, cabe destacar o papel das instâncias de financiamento, públicas e privadas, e pelo Estado nas redefinições dos critérios de excelência e de legitimação ocorridas no seio do espaço da militância, em que titulação escolar superior e especializada dos dirigentes de instituições é requisito central para qualquer pleito de recursos para seus projetos (“sem um bom currículo, diplomas, não se consegue dinheiro para projeto com a Petrobras”; “as ONGs precisam de gente capacitada para ter sede etc.”).

O gosto pelo social

O exame da constituição dos “gostos”, expectativas e disposições à participação associativa pelos indivíduos pesquisados aponta até o momento algumas pistas gerais.

⁷ Para uma análise dos usos da escolarização como recurso na legitimação de carreiras ambientalistas, consultar o estudo de Oliveira (2008).

Observa-se que do itinerário individual até o engajamento associativo conjugam-se elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos de juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo: presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares “interessados” em política (inclusive candidatos a prefeitura) ligada a forte integração social e a uma relação localista e “concreta” com o político, pais de profissão docente, ligação com movimento católico.

De fato, a identificação, pelos entrevistados, de “origens precoces” de seu envolvimento ou “interesse” em atividades de mobilização coletiva, ou ainda, interesse “pela política”, remete à participação como “lideranças” em atividades de grêmios estudantis e jornais escolares. A continuidade desse tipo de envolvimento nos comandos de diretórios acadêmicos estudantis (DCEs) reforçaria, portanto, a “coerência” de uma “vocação” à participação e à “liderança”. Como se sabe, do ponto de vista da aquisição de competências na política (Bourdieu, 1989; Gaxie, 1978) e, em especial, do capital militante (Matonti & Poupeau, op. cit.), a militância estudantil configura espaço privilegiado de aprendizado e incorporação de códigos e técnicas essenciais à política, tais como as modalidades e formalidades de uso da palavra em público e o manejo de um léxico próprio, a redação de atas, textos, panfletos e declarações, o uso do corpo e outras formas de apresentação de si ligadas a tarefas de representação de grupos.

Embora a adesão à instituição associativa em que atuavam no momento da pesquisa tenha se dado entre os 19 e 39 anos de idade, vê-se que suas primeiras participações em atividades de caráter coletivo ou social - próximas do espaço associativo que pautam seus itinerários prévios - concentram-se entre os 16 e 20 anos, entre o ensino médio e o superior. Mesmo os dois entrevistados sem nenhum tipo de envolvimento com militância estudantil, ambos de origens sociais mais baixas, tiveram, no entanto, suas primeiras experiências em atividades sociais (“o início no social”, como dizem) muito antes da entrada nas instituições presentes, através do Projeto Rondon em trabalhos de “educação popular” em municípios do interior. Um deles, futuramente convidado a ocupar a presidência voluntária de uma entidade dedicada a crianças e adolescentes carentes, tem no exercício de funções ligadas ao “social” - como a coordenação da FEBEM e o trabalho numa penitenciária -, percurso de intenso acúmulo de experiências apontadas como fundamentais ao cargo que atualmente exerce concomitantemente ao emprego público na Defensoria Pública do Estado, do qual tira seu sustento. O outro indivíduo em questão, presidente de uma associação de defesa de

homossexuais, militou dos 16 aos 30 anos no PCdoB (junto com políticos que atualmente controlam cargos importantes na cidade e no estado).

O interesse ou gosto pela “participação”, pelo “social” ou pela “política” (separados ou combinados) aparece, como sugere Siméant (op. cit., p. 169), como evolução de disposições que se atualizam em diferentes espaços de investimento pessoal e se revelam de formas variadas. Como visto, a totalidade dos pesquisados apresenta em seus itinerários prévios algum tipo de vínculo com atividades participativas/coletivas ao mesmo tempo em que declara “preocupação”, “interesse” e “sensibilidade” precoces pelo “social”. Contudo, os investimentos na participação e as expectativas apresentadas não são homogêneos e parecem vincular-se a uma complexa articulação entre origens sociais (história própria do indivíduo), configuração dos espaços de participação disponíveis e a própria estrutura de valores e concepções dominantes sobre o engajamento num dado momento (história local ou nacional)⁸. Assim, por exemplo, num caso extremo de investimento inicial na militância política como projeto de vida (“nossa idéia era ser um Che Guevara”), percebe-se uma aposta elevada na realização pessoal através de intenso envolvimento estudantil e partidário entre fins dos anos 60 e início dos 70 na capital paulista, expectativa frustrada por uma conjuntura de repressão política que redefinirá o futuro percurso militante e profissional. A opção pela carreira acadêmica em Economia permitirá a atualização do gosto político em novos espaços - o ativismo sindical combinado com nova militância partidária e atividades de formação de lideranças jovens. Em pólo oposto, uma socialização primária favorável a uma relação concreta com a política (filha de candidata derrotada à prefeitura municipal de cidade da região metropolitana de Aracaju) conduz a um rechaço contundente do universo político partidário. Aqui, o “gosto pela participação” é redimensionado inicialmente em oportunidades ofertadas por projetos sociais e educativos e ganha densidade em atuação profissional na área da Assistência Social ao lado da presidência voluntária de instituição de caridade.

Outra dimensão relevante quanto às disposições à participação política e às formas concretas de sua realização - e que tende a borrar as fronteiras eufemizadas entre a noção de militância “política” e “apolítica” - vem à tona ao se considerar o

⁸ Para maiores detalhes sobre as inter-relações entre história familiar, história individual e história local e nacional, consultar Barthélemy (op. cit.).

envolvimento dos militantes associativos com partidos políticos. O peso evidente do entretenimento de relações próximas com partidos políticos revelada pelos militantes – dos 6 entrevistados, 4 pertenceram ou pertencem ativamente a partidos políticos (considerados de esquerda), dos quais 3 afirmam ter ajudado a fundar partidos em Aracaju (PT, PCdoB, PV, PSOL) – sugere, como diz Siméant (op. cit., p. 169), uma “relação com o político como resultado de um processo contínuo e ampliado”. Por essa perspectiva, destacam-se as nuances entre “política” e “associativismo” em oposição a uma barreira clara que querem fazer crer muitas declarações que excluem expressamente as atividades associativas de qualquer sentido político e, em especial, de qualquer ligação com partidos.

Mais do que uma “decepção” com as instituições partidárias - como apresenta em situação de entrevista a maioria dos pesquisados - que explicaria o redirecionamento a instâncias associativas (mais “livres”, menos “engessadas” e “burocratizadas” e de intervenção mais “eficaz” na “realidade”, portanto, mais ajustadas à realização pessoal), chama a atenção a importância da participação política via partidos no acúmulo de experiências militantes muito rentáveis nas inserções associativas. Ao lado da militância estudantil, a militância partidária que lhe é praticamente simultânea figura, assim, como trunfo de peso na constituição de competências à intervenção política qualificada. A relação ambígua com a “política” que apresentam estes dirigentes militantes emerge em diversos momentos das entrevistas em que são indagados sobre oportunidades e interesses de profissionalização política através de candidaturas a mandatos. A oscilação entre um forte acento na dimensão do *engajamento* e do *não-governamental* e o desejo, passado ou futuro e mais ou menos explícito, de investir numa candidatura partidária parece de fato indicar para concepções difusas do “político”. Os esforços de eufemização de um tipo de relação com a política que poderia ser tomada como “interessada”, “carreirista” ou “profissional”, captados em diversos depoimentos, contrastam, dessa forma, com a declaração de tentativas frustradas de candidatura ou do reconhecimento (às vezes de forma muito sutil) de desejos nesse sentido⁹.

⁹ Apenas um dos entrevistados, presidente de ONG ambientalista, declara ter projetos de carreira política e assume intenção de candidatar-se a vereador.

Considerações finais:

As chances de se interessar e se sentir inclinado a tomar parte em movimentos coletivos - como associações, sindicatos, partidos, ONGs e cooperativas, por exemplo - distribuem-se de modo desigual na sociedade. Entre o interesse e a inclinação e o envolvimento efetivo em alguma “causa” coloca-se uma série complexa de razões que combinam condições sociais e culturais (origem social, tipo de socialização familiar, política e religiosa, recursos culturais e escolares) e conjunturas pessoais e históricas (“acasos” e “oportunidades”, momento ou evento político). Esta investigação esforça-se na apreensão desse conjunto (e das combinações precisas entre eles) de elementos com base nos itinerários de dirigentes e ex-dirigentes de diferentes associações na cidade de Aracaju. Mais do que as conjugações concretas de fatores que geraram participações militantes, colocam-se como questão de análise as formas de conceber o engajamento associativo e defini-lo em relação a outras modalidades de participação no espaço político, entrando em jogo as lutas pela definição da “política” e do “associativismo” e das formas tidas como mais legítimas de participação e liderança.

Embora parciais, os resultados até o momento apontam para o engajamento associativo como atualização de disposições individuais ao ativismo e à intervenção, identificadas precocemente (“durante a juventude”) nos itinerários examinados. O envolvimento inicial em movimentos estudantis e em projetos sociais, associado à participação política em partidos, configura “percursos participativos” em que a inserção simultânea dos agentes em diferentes espaços ou atividades (grêmios, DCEs, UNE, grupos católicos, projeto Rondon, movimentos de educação popular, partidos etc.) realiza “desejos”, “propensões” e “gostos” ao mesmo tempo em que tais disposições são re-atualizadas (reforçadas, frustradas, redirecionadas) e novos recursos para a participação são adquiridos. Valorização do ativismo social, somado ao acúmulo de experiências e saberes adquiridos em boa medida pela participação, associados em maior ou menor grau com recursos escolares, definem, na visão dos militantes, as condições para exercício de cargos de liderança das associações em que atuam.

Referências bibliográficas:

BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

BEZERRA, M. O. *Práticas Participativas, Formas de Ação Coletiva e Trajetórias Políticas. Paper* apresentado na VI Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Idem: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, jun. 2007.

GAXIE, D. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Seuil, 1978.

ION, J. L'évolution des formes de l'engagement public. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

MATONTI F. & POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2005.

MAYER, N. & PERRINEAU, P. *Les comportements politiques*. Paris: Armand Colin, 1992.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Elites culturais, militantismo e participação na defesa de causas ambientais. In: In: CORADINI, O. L. (org.). *Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: estudos recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

TAVARES DOS REIS, E. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que "lutaram contra a ditadura" no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (org.). *Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: estudos recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.